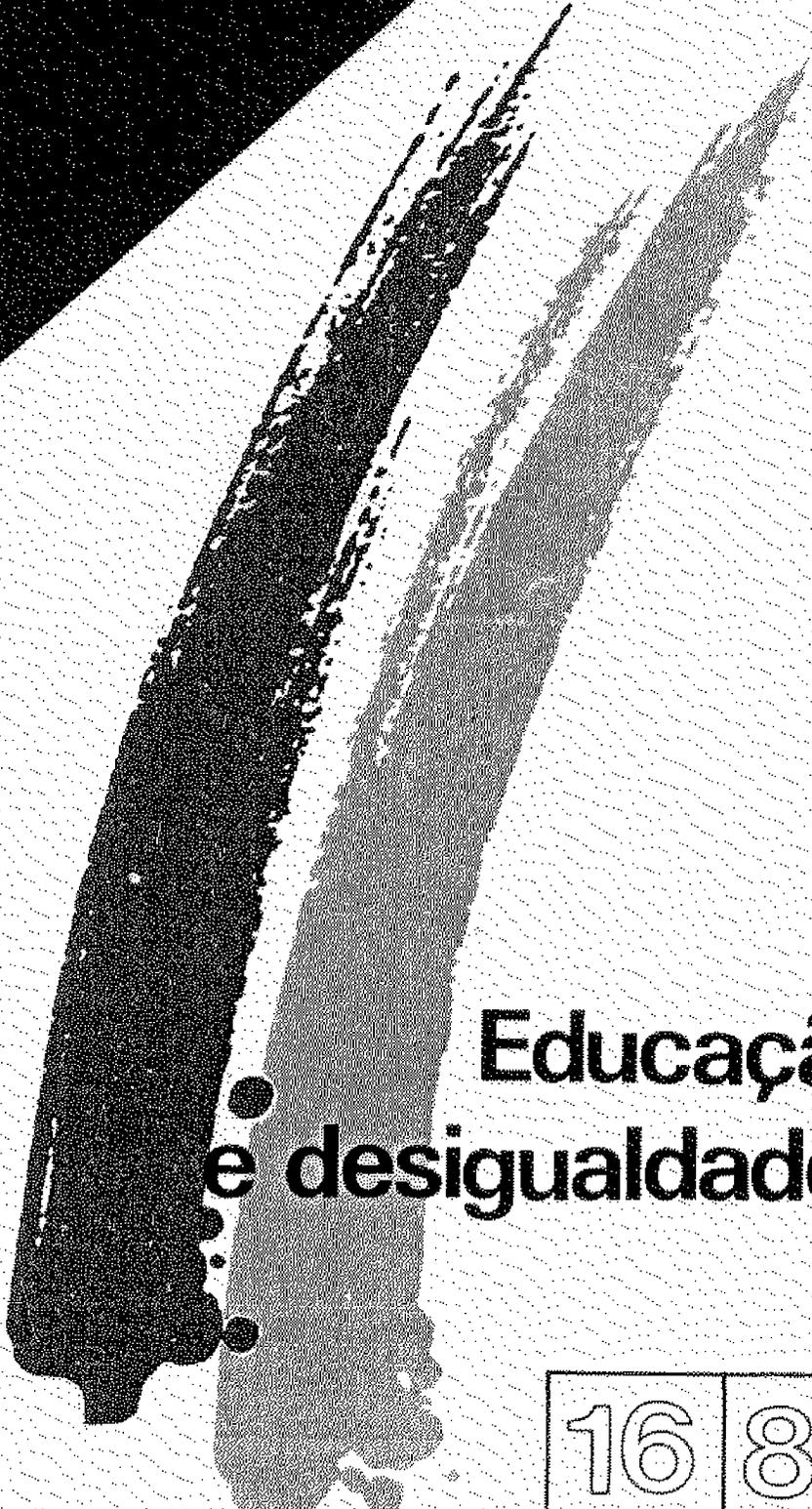


**MEC**



**Educação  
e desigualdades**

EDC  
174

16 85

**Presidente da República Federativa do Brasil**  
**José Sarney**

**Ministro da Educação**  
**Marco Maciel**

# Educação e desigualdades

Ministro Marco Maciel

---

**P**ara entender o que representa o desafio da educação brasileira, temos que nos deter em alguns aspectos fundamentais de nossa realidade nos quais se identificam as fontes das desigualdades que marcam o processo de desenvolvimento do País.

O Brasil é a oitava economia do mundo, possui a sexta população do universo, é o quinto país em extensão territorial. Dispomos, virtualmente, de todos os recursos naturais aproveitados em escala comercial, e algumas de nossas reservas são consideradas inesgotáveis. Também nos situamos em posição de destaque na ocupação territorial e no aproveitamento econômico de disponibilidades, além de mantermos uma política externa caracterizada pela coerência e pelo respeito à autodeterminação dos povos.

Mas nada disso faz do Brasil um país sem problemas. Se nos expandimos e aprimoramos nossas relações sociais de forma harmônica, nem por isso superamos todos os desafios. Ainda não

fomos capazes de dar estabilidade ou consistência às relações entre as classes e às relações entre as regiões que compõem a distribuição espacial de nossa população. E todas as diferenças que nos separam internamente têm uma só e preponderante razão: as desigualdades abissais entre os que tudo têm e os que nada possuem; entre os que dominam os conhecimentos e os analfabetos; entre os que tudo podem e os que apenas sobrevivem.

## **Educação, redução das diferenças**

Dentro desse quadro, a educação tem por certo um enorme papel a cumprir. Um homem não se educa para que possa sobreviver, pois os que não tiveram acesso à educação também sobrevivem. O homem educa-se para que seja capaz de dominar os instrumentos indispensáveis a sua plena realização pessoal. Realização tanto no campo material, participando do processo produtivo e tendo acesso aos bens produzidos coletivamente, quanto no campo espiritual, para que possa desfrutar das criações imperecíveis do espírito.

Ninguém, no entanto, se realiza individualmente se não é capaz de plena realização social. Gregário por natureza, o homem civilizado cumpre também uma função política à medida que toma parte do governo de sua cidade, de seu estado e de seu país e à proporção que é capaz de determinar seu próprio futuro. Assim, para educar uma criança, complementar a educação do adolescente e suplementar a do adulto, é

preciso prepará-los para a cidadania, para suas responsabilidades coletivas, para suas responsabilidades políticas. Mas a educação deve igualmente permitir-lhes o pleno exercício da dúvida, da especulação e da busca da verdade. Ninguém pode ser educado se não for capaz de adquirir novos conhecimentos e de desfrutar de todas as formas da criação humana.

Uma sociedade democrática é, pois, aquela que dá a todos os seus componentes o instrumento capaz de superar as desigualdades — a educação. Numa sociedade de pessoas educadas, as diferenças se reduzem porque, sendo todas igualmente dotadas, passam todas a ter a mesma possibilidade de superar as diferenças que as separam. Uma sociedade educada tende a ser uma sociedade igualitária; não no sentido de serem todos idênticos, mas no de terem todos as mesmas oportunidades. É preciso, então, que no lar e na escola todas as crianças tenham o mesmo padrão de educação, e não apenas de ensino; o que implica desfrutar de direitos fundamentais de assistência médica, de padrões culturais que mantenham a sua identidade, de facilidades de transportes, de alimentação adequada e, até, de lazer. Sem isto, a igualdade de oportunidades é uma utopia.

Para vencer a barreira do nosso subdesenvolvimento é necessário, portanto, que o Estado cumpra o dever de suprir a mesma educação para todos, dê a todos a mesma educação que lhe for materialmente possível. É um desafio dessa natureza não pode ser vencido apenas com os instrumentos frágeis e precários da sua vontade. Como tenho reiterado, é uma tarefa para toda a sociedade, para todas as instituições. E este é o sentido do programa Educação para Todos, que

constitui o fundamento da política educacional da Nova República e que está sendo tecido e executado participativamente, de baixo para cima. A prova disso está na recente realização do Dia Nacional de Debate, que mobilizou toda a sociedade brasileira na discussão desse projeto e no oferecimento de propostas consistentes para sua execução. O Governo Federal está fazendo a sua parte, começando pela destinação de recursos específicos para a educação, através de lei recentemente sancionada, que torna aplicável a Emenda Constitucional nº 24, conhecida, em homenagem ao seu autor, como Emenda João Calmon. Resta, agora, mobilizar os outros níveis de governo e a sociedade para que também façam da educação a sua prioridade.

Nós temos um objetivo a atingir: proporcionar a todos, indistintamente, a melhor educação possível. E para ele nos voltamos com a convicção de que os ideais democráticos de um regime político estável, de uma ordem econômica justa e de uma ordem social solidária e fraterna só serão materializados no dia em que a educação para todos deixar de ser a mais importante de nossas metas para se transformar na mais palpável de nossas realidades. A partir daí seremos capazes de contribuir para reduzir as disparidades pessoais e regionais, de gerar meios para suplantar os terríveis contrastes de nossa sociedade e de criar condições para que, pela educação, se possa usufruir do verdadeiro projeto de desenvolvimento do País.

---

**Artigo do Ministro Marco Maciel publicado em 18/10/85**

## **Série MEC/85**

- 1 – Governo, imprensa e educação
- 2 – Nova universidade
- 3 – Educação, liberdade e liberalismo
- 4 – Extensão universitária
- 5 – Uma política para os jovens
- 6 – Educação para Todos
- 7 – Novos tempos para a educação
- 8 – Prioridade para o ensino básico
- 9 – Ciência e democracia
- 10 – Liberdade de ensino
- 11 – Lei Áurea da educação
- 12 – Política do livro didático
- 13 – Movimento estudantil e reforma universitária
- 14 – Voto do analfabeto e educação
- 15 – Educação e Constituinte

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
Esplanada dos Ministérios – Bloco L – 9.º andar  
Fones: 223-2209 – 223-9297

